

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Curso de Licenciatura em Letras: Português e Espanhol

TAUANY RINALDI

**VOZES EM DISPUTA: APOROFOBIA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

São Carlos, SP

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

Curso de Licenciatura em Letras: Português e Espanhol

TAUANY RINALDI

**VOZES EM DISPUTA: APOROFOBIA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

**Trabalho de Conclusão de Curso entregue à
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar,
como parte das exigências para obtenção do
título de Graduada em Licenciatura em Letras:
Português e Espanhol.**

Orientador: Antón Castro Míguez

São Carlos, SP

2026

*“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão,
mediatizados pelo mundo.”*

Paulo Freire, Pedagogia do oprimido

RINALDI, Tauany. Vozes em disputa: aporofobia e preconceito linguístico no ensino de língua portuguesa. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2026.

RESUMO

Este trabalho discute a relação entre aporofobia, preconceito linguístico e ensino de Língua Portuguesa. O objetivo da pesquisa é refletir sobre como a discriminação relacionada à condição social pode contribuir para a desvalorização de determinadas variedades linguísticas e quais são as implicações desse processo para a educação. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada principalmente nas contribuições de Adela Cortina, Marcos Bagno e Paulo Freire. O estudo parte da ideia de que o preconceito linguístico não está relacionado às características da língua, mas às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, procura-se mostrar que a escola tem um papel importante tanto no ensino da norma-padrão quanto na valorização da diversidade linguística. Conclui-se que uma educação linguística comprometida com a cidadania deve possibilitar o acesso à norma-padrão sem desvalorizar as variedades linguísticas utilizadas pelos estudantes em seu cotidiano.

Palavras-chave: Aporofobia. Preconceito linguístico. Ensino de Língua Portuguesa. Educação linguística. Cidadania.

RINALDI, Tauany. Voces en disputa: aporofobia y prejuicio lingüístico en la enseñanza de la lengua portuguesa. **Trabajo de Fin de Grado. Universidad Federal de São Carlos. São Carlos, 2026.**

RESUMEN

Este trabajo analiza la relación entre la aporofobia, el prejuicio lingüístico y la enseñanza de la lengua portuguesa. El objetivo de la investigación es reflexionar sobre cómo la discriminación asociada a la condición social puede contribuir a la desvalorización de determinadas variedades lingüísticas y cuáles son las implicaciones de este proceso para la educación. Para ello, se llevó a cabo una investigación bibliográfica basada principalmente en las aportaciones de Adela Cortina, Marcos Bagno y Paulo Freire. El estudio parte de la idea de que el prejuicio lingüístico no está relacionado con las características propias de la lengua, sino con las desigualdades sociales presentes en la sociedad brasileña. En este contexto, se pretende mostrar que la escuela desempeña un papel fundamental tanto en la enseñanza de la norma estándar como en la valorización de la diversidad lingüística. Se concluye que una educación lingüística comprometida con la ciudadanía debe garantizar el acceso a la norma estándar sin desvalorizar las variedades lingüísticas utilizadas por el alumnado en su vida cotidiana.

Palabras clave: Aporofobia. Prejuicio lingüístico. Enseñanza de la lengua portuguesa. Educación lingüística. Ciudadanía.

RINALDI, Tauany. Competing Voices: Aporophobia and Linguistic Prejudice in Portuguese Language Teaching. Undergraduate Dissertation (Bachelor's Thesis). The Federal University of São Carlos, São Carlos, 2026.

ABSTRACT

This study discusses the relationship between aporophobia, linguistic prejudice, and Portuguese language teaching. The aim of the research is to reflect on how discrimination based on social conditions may contribute to the devaluation of certain linguistic varieties and on the implications of this process for education. To achieve this goal, a bibliographical study was carried out based mainly on the works of Adela Cortina, Marcos Bagno, and Paulo Freire. The study argues that linguistic prejudice is not related to the structural characteristics of language itself, but to the social inequalities that exist in Brazilian society. In this context, it highlights the important role of schools both in teaching the standard variety and in valuing linguistic diversity. The study concludes that language education committed to citizenship should provide students with access to the standard variety without devaluing the linguistic varieties they use in their everyday lives.

Keywords: Aporophobia. Linguistic prejudice. Portuguese language teaching. Language education. Citizenship.

SUMÁRIO

Resumo	iv
Resumen.....	v
Abstract	vi
Apresentação	1
Introdução.....	4
Capítulo 1 – Língua, poder e distinção social	5
Capítulo 2 – A escola e a construção da legitimidade linguística.....	8
Capítulo 3 – Paulo Freire e a educação linguística	10
Considerações finais.....	11
Referências.....	13

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu durante minha formação no curso de Licenciatura em Letras, especialmente a partir das discussões realizadas nas disciplinas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa e à Sociolinguística. Ao longo desse percurso, passei a perceber que muitas situações de discriminação vividas por estudantes estavam ligadas à forma como falavam. Em vários momentos, determinadas maneiras de usar a língua eram vistas como "erradas", enquanto outras eram consideradas corretas e mais valorizadas.

Essas reflexões despertaram meu interesse pelo preconceito linguístico e pelo papel da escola na formação dos estudantes. Durante a graduação, tive contato com autores que discutem a relação entre língua e sociedade, mostrando que as diferenças entre as variedades linguísticas fazem parte do funcionamento natural da língua e não podem ser entendidas como sinais de inferioridade. Ao mesmo tempo, conheci o conceito de aporofobia, desenvolvido por Adela Cortina, que trata da discriminação contra pessoas em situação de pobreza.

A partir dessas leituras, surgiu a principal questão que orienta este trabalho: seria possível compreender parte do preconceito linguístico como uma forma de discriminação relacionada também à condição social dos falantes? Essa pergunta motivou a aproximação entre os estudos sobre preconceito linguístico e o conceito de aporofobia, procurando refletir sobre suas possíveis contribuições para o ensino de Língua Portuguesa.

Esta pesquisa tem como objetivo discutir essa relação por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando principalmente as contribuições de Adela Cortina, Marcos Bagno e Paulo Freire. A intenção não é afirmar que todo preconceito linguístico decorra da pobreza, mas mostrar que, em muitos casos, a forma como as pessoas falam também está relacionada às desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Além disso, o trabalho procura refletir sobre o papel da escola diante desse problema. Considera-se que ensinar a norma-padrão é uma função importante da educação, mas esse ensino não deve acontecer de forma a desvalorizar as variedades linguísticas que os estudantes já utilizam em seu cotidiano. Pelo contrário, acredita-se que a escola pode

contribuir para uma educação linguística que respeite a diversidade e amplie as possibilidades de participação social dos alunos.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, este trabalho concentra-se na discussão teórica dos conceitos de aporofobia, preconceito linguístico e educação linguística, sem realizar a análise de materiais didáticos, plataformas digitais ou outras práticas pedagógicas. Reconhece-se que a investigação desses materiais poderá contribuir para compreender de forma mais concreta como essas questões se manifestam no contexto escolar. Assim, pretende-se que pesquisas futuras possam ampliar esta discussão por meio da análise de documentos, recursos didáticos e situações de ensino relacionadas à Língua Portuguesa.

Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar a discussão sobre preconceito linguístico, educação e cidadania, incentivando práticas pedagógicas que valorizem os diferentes modos de falar presentes na sociedade e promovam uma educação mais inclusiva e democrática.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante a elaboração deste trabalho, foram utilizados modelos de inteligência artificial generativa (ChatGPT, OpenAI) como ferramenta de apoio ao processo de escrita acadêmica, incluindo organização textual, revisão linguística, discussão de alternativas de estrutura argumentativa e aperfeiçoamento da clareza expositiva. As escolhas do tema, a definição do problema de pesquisa, a seleção da bibliografia, as interpretações, as opções metodológicas e as conclusões apresentadas são de inteira responsabilidade da autora.

VOZES EM DISPUTA: APOROFOBIA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Tauany Rinaldi

INTRODUÇÃO

A língua faz parte da vida das pessoas e está presente em diferentes situações do cotidiano. Por meio dela, os indivíduos se comunicam, expressam opiniões, compartilham conhecimentos e constroem relações sociais. No entanto, nem todas as formas de falar recebem o mesmo reconhecimento. Enquanto algumas variedades linguísticas são valorizadas socialmente, outras costumam ser alvo de preconceito e discriminação, principalmente quando estão associadas a grupos socialmente menos favorecidos.

O preconceito linguístico é um tema que vem sendo discutido por diferentes pesquisadores da área da Linguística. De modo geral, esses estudos mostram que não existem variedades linguísticas superiores ou inferiores, pois todas possuem regras próprias e cumprem sua função comunicativa. Apesar disso, ainda é comum que determinadas formas de falar sejam consideradas "erradas", produzindo situações de exclusão tanto na escola quanto em outros espaços da sociedade.

Ao conhecer o conceito de aporofobia, desenvolvido por Adela Cortina, surgiu a possibilidade de aproximá-lo da discussão sobre preconceito linguístico. Segundo a autora, a aporofobia corresponde à rejeição ou à discriminação dirigida às pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social. A partir dessa ideia, este trabalho procura discutir se parte do preconceito linguístico pode estar relacionada não apenas à forma de falar, mas também à condição social das pessoas que utilizam determinadas variedades da língua.

Essa discussão torna-se especialmente importante quando se pensa no papel da escola. O ensino de Língua Portuguesa tem a responsabilidade de ensinar a norma-padrão, mas também precisa reconhecer que os estudantes chegam à sala de aula utilizando diferentes variedades linguísticas. Dessa forma, surge o desafio de ensinar a variedade de prestígio sem desvalorizar as formas de linguagem que fazem parte da realidade dos alunos.

O objetivo geral desta pesquisa é discutir a relação entre aporofobia e preconceito linguístico e refletir sobre suas possíveis contribuições para o ensino de Língua Portuguesa. Como objetivos específicos, busca-se apresentar o conceito de aporofobia, discutir o preconceito linguístico a partir das contribuições de Marcos Bagno e refletir sobre o papel da escola e da educação linguística na construção de práticas mais inclusivas.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada principalmente nas obras de Adela Cortina, Marcos Bagno e Paulo Freire, além da consulta a documentos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa possui caráter qualitativo e busca reunir diferentes contribuições teóricas para compreender o problema proposto.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta os conceitos de aporofobia e preconceito linguístico, procurando estabelecer uma aproximação entre eles. O segundo discute o papel da escola, da educação linguística e do ensino da norma-padrão diante da diversidade linguística presente na sociedade brasileira. O terceiro aborda algumas contribuições de Paulo Freire para a construção de uma educação linguística voltada para o diálogo, o respeito à diversidade e a formação cidadã. Por fim, as considerações finais retomam os principais aspectos discutidos ao longo da pesquisa e apresentam as conclusões do estudo.

CAPÍTULO 1 – LÍNGUA, PODER E DISTINÇÃO SOCIAL

A língua faz parte da vida em sociedade e está presente em diferentes formas de comunicação. No Brasil, existem muitas variedades linguísticas, que mudam de acordo com a região, a idade, a escolaridade, o grupo social e outras características dos falantes. Essas diferenças fazem parte do funcionamento natural da língua e mostram a diversidade cultural existente no país.

Apesar disso, nem todas as formas de falar recebem o mesmo reconhecimento. Algumas variedades são vistas como mais corretas e prestigiadas, enquanto outras costumam ser associadas à falta de estudo ou à baixa condição social. Essa situação contribui para a

ocorrência do preconceito linguístico, que ainda está presente em diferentes espaços da sociedade, inclusive na escola.

Marcos Bagno afirma que o preconceito linguístico acontece quando determinadas variedades da língua são consideradas inferiores apenas porque são utilizadas por determinados grupos sociais. Para o autor, não existem formas "erradas" de falar do ponto de vista linguístico. Todas as variedades possuem organização própria e são capazes de atender às necessidades de comunicação de seus falantes. O problema surge quando diferenças linguísticas passam a ser utilizadas para justificar a discriminação de pessoas e grupos.

Segundo Bagno (2015, p. 16), "o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa". Essa ideia mostra que muitas pessoas acabam confundindo a língua realmente utilizada pelos falantes com as regras da norma-padrão ensinadas na escola. Como consequência, diferentes maneiras de falar passam a ser vistas como sinais de erro, mesmo quando são comuns em determinadas comunidades.

Esse tipo de preconceito não se limita ao modo como uma pessoa fala. Muitas vezes, ele está relacionado à imagem que se faz dos próprios falantes. Pessoas que vivem em regiões periféricas, que possuem menor escolaridade ou pertencem a grupos socialmente menos favorecidos costumam sofrer julgamentos negativos por causa da variedade linguística que utilizam. Assim, o preconceito linguístico acaba reforçando outras formas de desigualdade já existentes na sociedade.

Nesse ponto, o conceito de aporofobia pode contribuir para ampliar essa discussão. A filósofa espanhola Adela Cortina utiliza esse termo para se referir à rejeição dirigida às pessoas pobres ou em situação de vulnerabilidade social. Segundo a autora, muitas formas de discriminação não acontecem apenas porque as pessoas são diferentes, mas porque ocupam uma posição social considerada inferior. Conforme explica Cortina, "a pobreza é a falta de liberdade, a impossibilidade de realizar os projetos de vida que uma pessoa tenha razões para valorizar." (CORTINA, 2020, p. 49).

Embora Cortina não trate especificamente do preconceito linguístico, suas reflexões ajudam a pensar que, em muitos casos, a rejeição a determinadas formas de falar pode estar relacionada também à condição social de seus falantes. Em outras palavras, algumas variedades linguísticas não são desvalorizadas apenas por suas características, mas porque estão associadas a grupos que historicamente enfrentam situações de pobreza, exclusão ou menor acesso à educação.

Isso não significa que todo preconceito linguístico seja uma manifestação de aporofobia. Existem situações em que a discriminação pode estar ligada a fatores regionais, culturais ou étnicos. No entanto, a aproximação entre esses dois conceitos permite compreender que a desigualdade social também pode influenciar a maneira como determinadas variedades linguísticas são percebidas pela sociedade.

Essa relação pode ser observada em diferentes situações do cotidiano. Não é raro que pessoas sejam julgadas por seu sotaque, pela forma como conjugam determinados verbos ou pelo uso de expressões típicas de sua comunidade. Em muitos casos, esses julgamentos acabam produzindo constrangimento e dificultando a participação dessas pessoas em diferentes espaços sociais, como a escola, o mercado de trabalho e os serviços públicos.

Por esse motivo, discutir preconceito linguístico não significa defender que todas as situações de comunicação sejam iguais ou que a norma-padrão deixe de ser ensinada. O domínio da variedade de prestígio continua sendo importante para a participação em diferentes contextos sociais. Entretanto, isso não deve acontecer por meio da desvalorização das variedades linguísticas que fazem parte da realidade dos estudantes.

A aproximação entre as ideias de Bagno e Cortina permite compreender que o respeito à diversidade linguística também está relacionado ao respeito às pessoas. Cortina afirma que "há muitos racistas e xenófobos, mas quase sempre todos são aporofóbicos" (CORTINA, 2020, p. 26). Quando uma forma de falar é tratada como inferior, muitas vezes o julgamento não recai apenas sobre a língua, mas também sobre quem a utiliza. "Em qualquer grupo sistematicamente oprimido [...] será a pobreza social a que os converterá em foco de desprezo." (CORTINA, 2020, p. 69). Por isso, refletir sobre o preconceito linguístico contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e menos marcada pela exclusão.

As discussões apresentadas neste capítulo servem de base para o desenvolvimento do próximo. Se parte do preconceito linguístico está relacionada às desigualdades sociais, é importante analisar qual é o papel da escola diante desse problema e de que maneira o ensino de Língua Portuguesa pode contribuir para uma educação mais inclusiva.

CAPÍTULO 2 – A ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE LINGUÍSTICA

A escola tem um papel importante na formação dos estudantes, não apenas na aprendizagem dos conteúdos escolares, mas também na formação de valores e na construção da cidadania. No ensino de Língua Portuguesa, essa responsabilidade é ainda maior, pois a linguagem está presente em praticamente todas as atividades desenvolvidas ao longo da vida escolar.

Uma das funções da escola é ensinar a norma-padrão da língua portuguesa. O domínio dessa variedade é importante porque permite que os estudantes participem de diferentes situações sociais, como processos seletivos, concursos, produção de textos acadêmicos e outras atividades que exigem o uso da escrita formal. Por esse motivo, ensinar a norma-padrão continua sendo um dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa.

No entanto, isso não significa que as outras variedades linguísticas sejam menos importantes. Os estudantes chegam à escola utilizando formas de falar aprendidas em suas famílias e comunidades. Essas variedades fazem parte de sua identidade e de sua história. Quando a escola trata essas formas de linguagem apenas como erros, pode acabar reforçando situações de preconceito e exclusão.

Marcos Bagno destaca que a escola deve ensinar a norma-padrão sem desvalorizar as demais variedades da língua. Para o autor, é possível ampliar o repertório linguístico dos estudantes sem fazer com que eles sintam vergonha da maneira como falam no dia a dia. Assim, o ensino deixa de ser apenas um processo de correção e passa a contribuir para uma formação mais crítica e respeitosa.

Essa discussão também aparece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento reconhece a importância da diversidade linguística e propõe que os estudantes

compreendam que a língua apresenta diferentes formas de uso, de acordo com os contextos de comunicação. Ao mesmo tempo, a BNCC reforça a necessidade de desenvolver competências relacionadas ao uso da norma-padrão, principalmente na produção de textos escritos.

Dessa forma, o desafio da escola é encontrar um equilíbrio entre essas duas dimensões. Ensinar a norma-padrão é importante, mas isso não deve acontecer por meio da desvalorização das variedades utilizadas pelos estudantes. O objetivo da educação linguística deve ser ampliar as possibilidades de comunicação dos alunos, mostrando que diferentes situações exigem diferentes formas de uso da língua.

Quando o preconceito linguístico é reproduzido dentro da escola, muitos estudantes podem sentir vergonha de participar das aulas ou de se expressar oralmente. Em alguns casos, isso interfere até mesmo na aprendizagem, pois o medo de errar faz com que os alunos deixem de participar das atividades propostas pelos professores. Por isso, criar um ambiente de respeito às diferenças linguísticas também contribui para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, a educação linguística deve incentivar o respeito às diferentes formas de falar, ao mesmo tempo em que oferece aos estudantes oportunidades de aprender a variedade de prestígio. O conhecimento da norma-padrão amplia as possibilidades de participação social, mas esse aprendizado não precisa acontecer por meio da rejeição das variedades populares.

Assim, pode-se afirmar que a escola tem um papel importante no enfrentamento do preconceito linguístico. Ao reconhecer a diversidade da língua portuguesa e valorizar as experiências dos estudantes, ela contribui para uma educação voltada para a cidadania e para o respeito às diferenças. Essas questões serão retomadas no próximo capítulo, a partir das contribuições de Paulo Freire para a educação.

Nos capítulos anteriores foi discutido que o preconceito linguístico pode estar relacionado às desigualdades sociais e que a escola possui um papel importante na valorização da diversidade linguística. Nesse contexto, as ideias de Paulo Freire podem contribuir para pensar uma educação que respeite as experiências dos estudantes e incentive uma participação mais crítica na sociedade.

Para Paulo Freire, a educação não deve se limitar à transmissão de conteúdos. O processo de ensino também precisa considerar a realidade dos alunos, seus conhecimentos e suas formas de compreender o mundo. Dessa maneira, o aprendizado acontece por meio do diálogo entre professor e estudante, valorizando a participação de ambos na construção do conhecimento.

Essa forma de compreender a educação também pode ser aplicada ao ensino de Língua Portuguesa. Os estudantes chegam à escola utilizando diferentes variedades linguísticas, que fazem parte de sua história e de sua convivência com a família e a comunidade. Essas formas de falar não devem ser vistas apenas como erros, mas como ponto de partida para novas aprendizagens.

Isso não significa que a norma-padrão deixe de ser ensinada. Pelo contrário, seu domínio continua sendo importante para o acesso ao ensino superior, ao mercado de trabalho e a outras situações da vida social. No entanto, esse ensino pode acontecer de maneira respeitosa, sem desvalorizar as variedades linguísticas utilizadas pelos estudantes em seu cotidiano.

A educação linguística proposta neste trabalho busca justamente esse equilíbrio. Ao ensinar a norma-padrão e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade linguística, a escola contribui para ampliar as oportunidades de participação social dos estudantes. Além disso, promove valores como respeito, cidadania e inclusão.

As reflexões de Paulo Freire mostram que a educação também pode ser um caminho para a emancipação. Quando os estudantes compreendem que existem diferentes formas de

falar e que nenhuma delas torna uma pessoa melhor ou pior do que outra, tornam-se mais preparados para reconhecer e enfrentar diferentes formas de preconceito.

Assim, a educação linguística pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos com a diversidade presente na sociedade. Ensinar a língua portuguesa, nesse sentido, não significa apenas ensinar regras gramaticais, mas também incentivar o diálogo, o respeito às diferenças e a valorização das experiências dos estudantes.

Essas reflexões reforçam a importância de discutir o preconceito linguístico na escola. Ao reconhecer que a linguagem está relacionada às relações sociais, a educação pode contribuir para diminuir situações de discriminação e fortalecer uma convivência mais democrática. É nessa perspectiva que as considerações finais retomam os principais aspectos discutidos ao longo desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir a relação entre aporofobia, preconceito linguístico e ensino de Língua Portuguesa. A partir da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível perceber que a forma como as pessoas falam nem sempre é avaliada apenas por aspectos relacionados à língua. Em muitos casos, essa avaliação também está ligada às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira.

As leituras de Adela Cortina permitiram compreender que a discriminação pode estar relacionada à condição social das pessoas. Ao mesmo tempo, Marcos Bagno mostra que o preconceito linguístico acontece quando determinadas variedades da língua são consideradas inferiores por estarem associadas a grupos socialmente menos valorizados. Embora esses autores trabalhem com temas diferentes, foi possível estabelecer uma aproximação entre suas ideias e refletir sobre a importância dessa discussão para a educação.

Ao longo da pesquisa também foi discutido o papel da escola diante desse problema. Ensinar a norma-padrão é uma das funções do ensino de Língua Portuguesa e continua sendo importante para ampliar as oportunidades de estudo, trabalho e participação social dos

estudantes. No entanto, esse ensino não deve acontecer por meio da desvalorização das variedades linguísticas que fazem parte da realidade dos alunos.

As contribuições de Paulo Freire reforçam essa ideia ao defender uma educação baseada no diálogo, no respeito e na valorização das experiências dos estudantes. Dessa forma, a escola pode contribuir para uma educação linguística que promova a cidadania e incentive o respeito às diferentes formas de uso da língua.

É importante destacar que este trabalho não pretende esgotar a discussão sobre o tema. Pelo contrário, busca incentivar novas reflexões sobre o preconceito linguístico e sobre a importância de uma educação que reconheça a diversidade linguística presente na sociedade brasileira. Pesquisas futuras poderão aprofundar essa discussão por meio da análise de práticas escolares, materiais didáticos ou experiências desenvolvidas nas salas de aula.

Por fim, acredita-se que refletir sobre o preconceito linguístico também significa refletir sobre as relações sociais existentes em nosso país. Valorizar a diversidade linguística não implica deixar de ensinar a norma-padrão, mas reconhecer que diferentes formas de falar fazem parte da história e da identidade dos falantes. Nesse sentido, a escola pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, respeitosos e preparados para conviver com a diversidade.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CORTINA, Adela. Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.